

DECRETO Nº 20.185, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.

Revoga Decretos Municipais sobre espécies vegetais imunes ao corte, aplicando as normas federais e estaduais referente ao manejo da vegetação em Porto Alegre.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II do artigo 94 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam revogados:

- I – o Decreto nº 20.053, de 6 de setembro de 2018;
- II – o Decreto nº 19.960, de 27 de março de 2018;
- III – o Decreto nº 19.959, de 27 de março de 2018;
- IV – o Decreto nº 19.855, de 23 de outubro de 2017;
- V – o Decreto nº 19.472, de 16 de outubro de 2016;
- VI – o Decreto nº 19.197, de 4 de novembro de 2015;
- VII – o Decreto nº 18.413, de 25 de setembro de 2013;
- VIII – o Decreto nº 18.148, de 3 de janeiro de 2013;
- IX – o Decreto nº 17.781, de 7 de maio de 2012;
- X – o Decreto nº 17.619, de 18 de janeiro de 2012;
- XI – o Decreto nº 17.618, de 12 de janeiro de 2012;
- XII – o Decreto nº 17.617, de 12 de janeiro de 2012;
- XIII – o Decreto nº 17.203, de 16 de agosto de 2011;

XIV – o Decreto nº 17.200, de 16 de agosto de 2011;

XV – o Decreto nº 17.070, de 12 de maio de 2011;

XVI – o Decreto nº 16.666, de 26 de abril de 2010;

XVII – o Decreto nº 16.185, de 13 de janeiro de 2009;

XVIII – o Decreto nº 15.705, de 29 de outubro de 2007;

XIX – o Decreto nº 14.895, de 18 de julho de 2005;

XX – o Decreto nº 14.577, de 22 de junho de 2004;

XXI – o Decreto nº 14.444, de 16 de janeiro de 2004;

XXII – o Decreto nº 14.022, de 20 de dezembro de 2002;

XXIII – o Decreto nº 13.728, de 15 de maio de 2002;

XXIV – o Decreto nº 13.444, de 22 de outubro de 2001;

XXV – o Decreto nº 13.434, de 10 de outubro de 2001;

XXVI – o Decreto nº 13.329, de 31 de julho de 2001;

XXVII – o Decreto nº 13.284, de 4 de julho de 2001;

XXVIII – o Decreto nº 13.276, de 26 de junho de 2001;

XXIX – o Decreto nº 13.152, de 9 de março de 2001;

XXX – o Decreto nº 12.966, de 26 de outubro de 2000;

XXXI – o Decreto nº 12.945, de 11 de outubro de 2000;

XXXII – o Decreto nº 12.854, de 20 de julho de 2000;

XXXIII – o Decreto nº 12.853, de 20 de julho de 2000;

XXXIV – o Decreto nº 12.833, de 4 de julho de 2000;

XXXV – o Decreto nº 12.766, de 2 de maio de 2000;

XXXVI – o Decreto nº 12.740, de 10 de abril de 2000;
XXXVII – o Decreto nº 12.711, de 20 de março de 2000;
XXXVIII – o Decreto nº 12.635, de 5 de janeiro de 2000;
XXXIX – o Decreto nº 12.610, 23 de dezembro de 1999;
XL – o Decreto nº 12.544, de 8 de novembro de 1999;
XLI – o Decreto nº 12.483, de 16 de setembro de 1999;
XLII – o Decreto nº 12.300, de 7 de abril de 1999;
XLIII – o Decreto nº 12.293, de 29 de março de 1999;
XLIV – o Decreto nº 12.278, de 18 de março de 1999;
XLV – o Decreto nº 12.093, de 14 de setembro de 1998;
XLVI – o Decreto nº 12.076, de 25 de agosto de 1998;
XLVII – o Decreto nº 12.072, de 21 e agosto de 1998;
XLVIII – o Decreto nº 11.958, de 27 de abril de 1998;
XLIX – o Decreto nº 11.716, de 2 de abril de 1997;
L – o Decreto nº 11.676, de 10 de janeiro de 1997;
LI – o Decreto nº 11.662, de 30 de dezembro de 1996;
LII – o Decreto nº 11.661, de 30 de dezembro de 1996;
LIII – o Decreto nº 11.420, de 10 de janeiro de 1996;
LIV – o Decreto nº 11.419, de 10 de janeiro de 1996;
LV – o Decreto nº 11.360, de 13 de novembro de 1995;
LVI – o Decreto nº 11.379, de 7 de dezembro de 1995;
LVII – o Decreto nº 11.237, de 5 de abril de 1995;

LVIII – o Decreto nº 11.326, de 18 de setembro de 1995;
LIX – o Decreto nº 11.296, de 31 de julho de 1995;
LX – o Decreto nº 11.262, de 26 de maio de 1995;
LXI – o Decreto nº 11.248, de 26 de abril de 1995;
LXII – o Decreto nº 11.229, de 20 de março de 1995;
LXIII – o Decreto nº 11.228, de 20 de março de 1995;
LXIV – o Decreto nº 10.885, de 28 de dezembro de 1993;
LXV – o Decreto nº 10.383, de 3 de setembro de 1992;
LXVI – o Decreto nº 10.346, de 20 de julho de 1992;
LXVII – o Decreto nº 10.277, de 27 de fevereiro de 1992;
LXVIII – o Decreto nº 10.205, de 5 de fevereiro de 1992;
LXIX – o Decreto nº 10.077, de 8 de outubro de 1991;
LXX – o Decreto nº 9.803, de 6 de setembro de 1990;
LXXI – o Decreto nº 9.692, de 27 e abril de 1990;
LXXII – Decreto nº 9.305, de 16 de novembro de 1988;
LXXIII – o Decreto nº 6.291, de 10 de março de 1978;
LXXIV – o Decreto nº 6.269, de 31 de janeiro de 1978;
LXXV – o Decreto nº 5.757, de 26 de novembro de 1976;
LXXVI – o Decreto nº 5.658, de 24 de setembro de 1976;
LXXVII – o Decreto nº 5.482, de 8 de abril de 1976; e
LXXVIII – e o Decreto nº 5.909, de 6 maio de 1977.

Parágrafo único. Aplicam-se as normas federais e estaduais referentes ao manejo da vegetação tanto em área urbana quanto rural em Porto Alegre.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 21 de janeiro de 2019.

Gustavo Bohrer Paim,
Prefeito, em exercício.

Registre-se e publique-se.

Eunice Nequete,
Procuradora-Geral do Município.